



CÓD: OP-218MA-24
7908403555673

CBM-MG

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

Soldado Bombeiro Militar:

(Curso de Formação de Soldados Bombeiros Militar do Quadro de Praças)
Edital 3 (Exceto 15- AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO e 36
ANALISTA EM GESTÃO DA RECEITA)

EDITAL CBMMG Nº 13, DE 21 DE MAIO DE 2024

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	9
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.	9
3. Domínio da ortografia oficial: Emprego das letras.	10
4. Emprego da acentuação gráfica.	10
5. Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual.	11
6. Emprego/correlação de tempos e modos verbais	12
7. Domínio da estrutura morfossintática do período.	18
8. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	21
9. Emprego dos sinais de pontuação.	25
10. Concordância verbal e nominal	28
11. Emprego do sinal indicativo de crase	30
12. Colocação dos pronomes átonos.	30
13. Reescritura de frases e parágrafos do texto	31
14. Substituição de palavras ou de trechos de texto	36
15. Retextualização de diferentes gêneros e níveis de formalidade.	37

Raciocínio Lógico e Matemático

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos	43
2. Operações com conjuntos	67
3. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	70

Noções de Direitos Humanos e Legislação

1. Definição e conceito de direitos humanos; História dos direitos humanos.....	71
2. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP).....	72
3. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC).....	81
4. Sistema das Nações Unidas e os direitos humanos	85
5. Declaração Universal dos Direitos Humanos – adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948	86
6. O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU.....	86
7. Lei Estadual nº 5.301, de 16 de outubro de 1969 - Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Capítulo II; arts. 15 e 25).....	100
8. Constituição Federal de 1988: Direitos Fundamentais; Direitos e deveres individuais e coletivos	101
9. Administração pública; Militares do estados e do Distrito federal	106
10. Emenda à Constituição	109
11. Organização judiciária dos estados	111
12. Forças armadas; Segurança pública	124
13. Constituição do estado de Minas Gerais (Militares do estado; Segurança pública; Subordinação do Corpo de Bombeiros ao Governador do estado; Arts. 137, 142 e 13).....	126
14. Lei nº 4657, de 04 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (arts. 1º ao 6º)	128

Ciências Naturais

1. Átomos, moléculas e íons: Teoria atômica da matéria. A visão moderna da estrutura atômica; Pesos atômicos ou massas atômicas	133
2. A tabela periódica	139
3. Reações químicas: Evidências de reação; Tipos de reação; Reações de oxirredução, reações de combustão	154
4. Conservação da massa	159
5. Ligações químicas: Ligações químicas, símbolos de Lewis e a regra do octeto; Ligação iônica; Ligação covalente; Polaridade da ligação e eletronegatividade; Exceções à regra do octeto; Forças das ligações covalentes.	160
6. Estequiometria: cálculos com fórmulas e equações químicas; Equações químicas; Reatividade química; Massa molecular; Informações quantitativas de equações balanceadas; Reagentes limitantes.	167
7. Soluções: Coeficiente de solubilidade; unidades de concentração	178
8. Propriedades coligativas.	178
9. Cinética química: Velocidade da reação; teoria das colisões; a influência da temperatura e a equação de Arrhenius	181
10. Equilíbrio químico: Reversibilidade de reações químicas; Equilíbrio do ácido-base, Escalas de pH e pOH; Dissociação da água	187
11. Gases: Características dos gases; Pressão; As leis dos gases; A equação do gás ideal; Gases tóxicos.	210
12. Cinemática Linear e Angular	225
13. Dinâmica da Translação.	229
14. Trabalho e Energia	232
15. Momento Linear; Momento Angular	233
16. Estática	236
17. Física aplicada à condução veicular; Força; Atrito; Multiplicação de força; Dinâmica da Rotação	237
18. Unidades de medida	250

ÍNDICE

19. Gravitação	250
20. Massa, Peso	257
21. Pressão	257
22. Oscilações simples, amortecidas e forçadas; Ondas em meios elásticos; Ondas sonoras	258
23. Estática e Dinâmica dos Fluidos	265
24. Temperatura; Dilatação Térmica; Combustão; Termodinâmica	272
25. Ação do incêndio sobre as estruturas de concreto	278
26. Leis básicas em eletricidade; Resistência elétrica; Lei de Ohm, potência e energia elétrica; Definição e tipos de circuitos elétricos; Leis de Kirchhoff: — LKT, LKC e aplicação; Técnicas de análise de circuitos; Circuitos; Capacitor; Indutor; Geração, Transmissão e distribuição de energia elétrica; Corrente contínua e alternada; Associação de resistores; Choque elétrico	279
27. Princípios básicos: hidrostática, pressões e empuxos	299
28. Equilíbrio dos corpos flutuantes	306
29. Anatomia do Sistema Esquelético, Fisiologia Muscular, Circulação Sanguínea, Respiração e Trocas Gasosas, Digestão e Absorção de Nutrientes, Metabolismo Energético, Sistema Nervoso Central, Sistema Nervoso Periférico, Fisiologia Renal, Sistema Endócrino, Reprodução Humana, Genética Básica, Ciclo Celular e Divisão Celular, Histologia dos Tecidos Humanos, Sistema Imunológico, Homeostase Corporal, Regulação do pH Sanguíneo, Ciclo Menstrual, Neurotransmissores e Transmissão Sináptica, Resposta Inflamatória, Tipos de Tecido Conjuntivo, Embriologia Humana, Fisiopatologia de Doenças Comuns, Homeostase do Açúcar no Sangue, Estrutura e Função dos Órgãos Principais (Coração, Pulmões, Fígado, etc.), Sistema Linfático e Imunidade, Hormônios Sexuais, Efeitos do Exercício no Corpo Humano, Doenças Cardiovasculares, Reparo de Tecidos e Cicatrização de Feridas, Teratogênese e Desenvolvimento Anormal, Hormônios do Estresse, Estrutura e Função do Sistema Digestivo, Processo de Envelhecimento, Biologia do Câncer, Neuroplasticidade, Desenvolvimento Embrionário, Metabolismo de Lipídios, Sistema Reprodutor Masculino e Feminino e Regulação da Pressão Arterial	306
30. Vegetação: Biomas de Minas Gerais: Análise da diversidade vegetal, incluindo a transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica	360
31. Vegetação de Altitude: Estudo das formações vegetais em áreas de relevo montanhoso, como a Serra da Mantiqueira	362
32. Reflorestamento e Recuperação Ambiental: Políticas e iniciativas de reflorestamento e restauração de áreas degradadas em Minas Gerais	364
33. Fitogeografia: Distribuição e características das principais formações vegetais, como o Cerrado, a Mata Atlântica e o Campo Rupestre	365
34. Relevo: Planaltos e Chapadas: Características morfológicas e importância econômica dos planaltos e chapadas em Minas Gerais	368
35. Serras e Cadeias Montanhosas: Análise do relevo montanhoso, incluindo a Serra do Espinhaço, a Serra do Curral e a Serra da Mantiqueira	369
36. Depressões e Vales: Estudo das depressões e vales formados por rios e processos erosivos em Minas Gerais	370
37. Geomorfologia cárstica: Formações cársticas, como dolinas, lapiaís e cavernas, presentes em regiões calcárias de Minas Gerais	371
38. Morfodinâmica Fluvial: processos de erosão, transporte e sedimentação associados aos rios e cursos d'água de Minas Gerais	372
39. Hidrografia: Bacias Hidrográficas: Principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, incluindo a Bacia do Rio São Francisco, do Rio Doce e do Rio Paraná	373
40. Hidrografia: Bacias Hidrográficas: Principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, incluindo a Bacia do Rio São Francisco, do Rio Doce e do Rio Paraná	373

Ciências Humanas

1. História de Minas Gerais: Descobrimiento e colonização: Exploração inicial e os primeiros contatos entre os povos nativos e os colonizadores portugueses	385
2. Ciclo do ouro: O boom da extração do ouro e seu impacto na economia, sociedade e cultura de Minas Gerais durante os séculos XVIII e XIX.	387
3. Inconfidência Mineira: Movimento separatista ocorrido em 1789, liderado por figuras como Tiradentes, em protesto contra os altos impostos e o domínio colonial português.	390
4. Escravidão: O papel dos escravos na economia e na sociedade de Minas Gerais, desde a mineração até o fim da escravidão em 1888.	395
5. Cidades históricas: Estudo das cidades históricas de Minas Gerais, como Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e Diamantina, e seu patrimônio cultural e arquitetônico	399
6. Café e industrialização: A transição econômica de Minas Gerais do ciclo do ouro para a produção de café e sua subsequente industrialização nos séculos XIX e XX	403
7. Política do Café com Leite: A influência política de Minas Gerais, em conjunto com São Paulo, no cenário nacional durante a República Velha (1889-1930).	407
8. Revolução de 1930: O papel de Minas Gerais na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e encerrou a República Velha	410
9. Estado Novo: O período autoritário de Getúlio Vargas (1937-1945) e seu impacto em Minas Gerais, incluindo a implementação de políticas de industrialização	413
10. Gerais do Norte e Gerais do Sul: As características econômicas, sociais e culturais distintas das regiões do norte e do sul de Minas Gerais	418
11. Inovações tecnológicas: Avanços tecnológicos e industriais em Minas Gerais, como a implantação da Companhia Vale do Rio Doce e a exploração de minério de ferro	422
12. Cultura popular: Estudo da cultura popular de Minas Gerais, incluindo culinária, música (como o samba de raiz) e festividades tradicionais	426
13. Desenvolvimento econômico: As políticas de desenvolvimento econômico implementadas em Minas Gerais ao longo do século XX e XXI, incluindo a diversificação da economia	430
14. Preservação ambiental: Desafios e iniciativas de preservação ambiental em Minas Gerais, especialmente em relação à mineração e à conservação da biodiversidade.	434
15. Desafios contemporâneos: Questões atuais enfrentadas por Minas Gerais, como desigualdade social, violência urbana, infraestrutura e desenvolvimento sustentável.	437
16. Hidrelétricas: Impactos socioambientais das hidrelétricas em Minas Gerais, incluindo usinas como a de Três Marias e Furnas	441
17. Controle de Cheias: Medidas de prevenção e controle de enchentes em áreas de risco, especialmente em cidades ribeirinhas	444
18. Qualidade da Água: Monitoramento da qualidade da água dos rios e mananciais em Minas Gerais, incluindo aspectos de poluição e conservação	448
19. Mineração: História da Mineração: Papel da mineração na história e economia de Minas Gerais, desde o período colonial até os dias atuais.	453
20. Minerais Metálicos: Produção e exportação de minerais metálicos, como ferro, ouro, manganês e nióbio em Minas Gerais.	458
21. Minerais Não-Metálicos: Exploração e utilização de minerais não-metálicos, como calcário, mármore e quartzito em Minas Gerais.	462
22. Impactos Ambientais: Avaliação dos impactos ambientais da mineração, incluindo poluição, degradação do solo e riscos para a biodiversidade.	466
23. Gestão de Rejeitos: Gerenciamento e disposição de rejeitos de mineração, incluindo medidas de segurança e prevenção de desastres	470
24. Barragens: Barragens em Minas Gerais: Inventário das barragens existentes, incluindo barragens de contenção de rejeitos e barragens hidrelétricas.	476

ÍNDICE

25. Segurança de Barragens: Avaliação da segurança das barragens em Minas Gerais, incluindo monitoramento e prevenção de acidentes.	480
26. Impactos Socioambientais: Análise dos impactos socioambientais das barragens, incluindo deslocamento de comunidades e alterações nos ecossistemas aquáticos.	484
27. Gestão de Resíduos: Tratamento e disposição adequada de resíduos sólidos e líquidos associados às barragens em Minas Gerais.	487
28. Áreas de Risco: Mapeamento de Riscos: Identificação e mapeamento de áreas de risco geológico, como deslizamentos, inundações e movimentos de massa	489
29. Vulnerabilidade Socioeconômica: Análise da vulnerabilidade socioeconômica das populações residentes em áreas de risco em Minas Gerais	494
30. Prevenção e Mitigação: Estratégias de prevenção, mitigação e resposta a desastres naturais em áreas de risco em Minas Gerais.	499
31. Ordenamento Territorial: Instrumentos de ordenamento territorial e planejamento urbano para redução dos riscos geológicos em Minas Gerais	503
32. Educação e Conscientização: Importância da educação e conscientização pública sobre os riscos geológicos e medidas de segurança em Minas Gerais.	505
33. Cachoeiras, Grutas e Cavernas: Identificação e análise das cachoeiras, grutas e cavernas mais emblemáticas de Minas Gerais.	510
34. Grutas e Cavernas: Descrição e estudo das grutas e cavernas existentes em Minas Gerais, como a Gruta da Lapinha e a Gruta Rei do Mato.	513
35. Ecoturismo: Potencialidades e desafios do ecoturismo em áreas de cachoeiras, grutas e cavernas em Minas Gerais.	515
36. Conservação e Manejo: Estratégias de conservação e manejo sustentável das áreas de cachoeiras, grutas e cavernas em Minas Gerais	518
37. Pesquisa Científica: Importância das pesquisas científicas e estudos geológicos em áreas de cachoeiras, grutas e cavernas para o conhecimento e a preservação do patrimônio natural de Minas Gerais	522
38. Lagos e Represas: Lagos Naturais: Identificação e caracterização dos principais lagos naturais em Minas Gerais	525
39. Análise da divisão política-administrativa em microrregiões e municípios	535
40. Identificação e análise das regiões econômicas, destacando setores industriais e agrícolas.	538
41. Regiões metropolitanas de Minas Gerais, como a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	544
42. Investigação dos padrões e tendências de crescimento populacional.	553
43. Processo de urbanização, incluindo migração rural-urbana e expansão das áreas urbanas	559
44. Investigação da distribuição de renda e desigualdade social.	566
45. Peculiaridades da economia em cada mesorregião.	571
46. Principais setores produtivos, como mineração, agricultura e indústria	576
47. História de formação e ocupação das diferentes regiões de Minas Gerais.	580

Proteção Civil

1. Perspectivas sobre a Gestão de Riscos e Desastres. Visão de futuro e cenários de riscos no Brasil. Redução de riscos e desastres. Ações integradas e colaboração na gestão de riscos	587
---	-----

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.

4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.

5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor...* Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...*

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A partir da estrutura linguística, da função social e da finalidade de um texto, é possível identificar a qual tipo e gênero ele pertence. Antes, é preciso entender a diferença entre essas duas classificações.

Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinado espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo
- Bilhete
- Bula
- Carta

- Conto
- Crônica
- E-mail
- Lista
- Manual
- Notícia
- Poema
- Propaganda
- Receita culinária
- Resenha
- Seminário

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL: EMPREGO DAS LETRAS

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)

- Depois de ditongos (ex: caixa)

- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)

- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)

- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)

- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)

- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)

- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

EMPREGO DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (,) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **OXÍTONA:** a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)

- **PAROXÍTONA:** a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)

- **PROPAROXÍTONA:** a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS 	cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometé-los
PAROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ÃS, ão, ãos ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural <p>(OBS: Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico)</p>	táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, ímã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico
PROPÁROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> todas são acentuadas 	cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álibi

Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH” OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo	saída, faísca, baú, país feiura, Bocaiuva, Sauipe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL. EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catáfora Comparativa (uso de comparações por semelhanças)	João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos. Fiz todas as tarefas, exceto <i>esta</i> : colonização africana. Mais um ano <i>igual aos</i> outros...
SUBSTITUIÇÃO	Substituição de um termo por outro, para evitar repetição	Maria está triste. <i>A menina</i> está cansada de ficar em casa.
ELIPSE	Omissão de um termo	No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)
CONJUNÇÃO	Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas	Eu queria ir ao cinema, <i>mas</i> estamos de quarentena.
COESÃO LEXICAL	Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical.	A minha <i>casa</i> é clara. Os <i>quartos</i> , a <i>sala</i> e a <i>cozinha</i> têm janelas grandes.

Coerência

Nesse caso, é importante conferir se a mensagem e a conexão de ideias fazem sentido, e seguem uma linha clara de raciocínio.

Existem alguns conceitos básicos que ajudam a garantir a coerência. Veja quais são os principais princípios para um texto coerente:

- **Princípio da não contradição:** não deve haver ideias contraditórias em diferentes partes do texto.
- **Princípio da não tautologia:** a ideia não deve estar redundante, ainda que seja expressa com palavras diferentes.
- **Princípio da relevância:** as ideias devem se relacionar entre si, não sendo fragmentadas nem sem propósito para a argumentação.
- **Princípio da continuidade temática:** é preciso que o assunto tenha um seguimento em relação ao assunto tratado.
- **Princípio da progressão semântica:** inserir informações novas, que sejam ordenadas de maneira adequada em relação à progressão de ideias.

de ideias.

Para atender a todos os princípios, alguns fatores são recomendáveis para garantir a coerência textual, como amplo **conhecimento de mundo**, isto é, a bagagem de informações que adquirimos ao longo da vida; **inferências** acerca do conhecimento de mundo do leitor; e **informatividade**, ou seja, conhecimentos ricos, interessantes e pouco previsíveis.

EMPREGO/CORRELAÇÃO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	<i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de seis.
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no <i>rio</i> . A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. COMPREENSÃO E ANÁLISE DA LÓGICA DE UMA SITUAÇÃO, UTILIZANDO AS FUNÇÕES INTELLECTUAIS: RACIOCÍNIO VERBAL, RACIOCÍNIO MATEMÁTICO, RACIOCÍNIO SEQUENCIAL, ORIENTAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL, FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Este tipo de raciocínio testa sua habilidade de resolver problemas matemáticos, e é uma forma de medir seu domínio das diferentes áreas do estudo da Matemática: Aritmética, Álgebra, leitura de tabelas e gráficos, Probabilidade e Geometria etc. Essa parte consiste nos seguintes conteúdos:

- Operação com conjuntos.
- Cálculos com porcentagens.
- Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.
- Geometria básica.
- Álgebra básica e sistemas lineares.
- Calendários.
- Numeração.
- Razões Especiais.
- Análise Combinatória e Probabilidade.
- Progressões Aritmética e Geométrica.

RACIOCÍNIO LÓGICO DEDUTIVO

Este tipo de raciocínio está relacionado ao conteúdo Lógica de Argumentação.

ORIENTAÇÕES ESPACIAL E TEMPORAL

O raciocínio lógico espacial ou orientação espacial envolvem figuras, dados e palitos. O raciocínio lógico temporal ou orientação temporal envolve datas, calendário, ou seja, envolve o tempo.

O mais importante é praticar o máximo de questões que envolvam os conteúdos:

- Lógica sequencial
- Calendários

RACIOCÍNIO VERBAL

Avalia a capacidade de interpretar informação escrita e tirar conclusões lógicas.

Uma avaliação de raciocínio verbal é um tipo de análise de habilidade ou aptidão, que pode ser aplicada ao se candidatar a uma vaga. Raciocínio verbal é parte da capacidade cognitiva ou inteligência geral; é a percepção, aquisição, organização e aplicação do conhecimento por meio da linguagem.

Nos testes de raciocínio verbal, geralmente você recebe um trecho com informações e precisa avaliar um conjunto de afirmações, selecionando uma das possíveis respostas:

A – Verdadeiro (A afirmação é uma consequência lógica das informações ou opiniões contidas no trecho)

B – Falso (A afirmação é logicamente falsa, consideradas as informações ou opiniões contidas no trecho)

C – Impossível dizer (Impossível determinar se a afirmação é verdadeira ou falsa sem mais informações)

ESTRUTURAS LÓGICAS

Precisamos antes de tudo compreender o que são proposições. Chama-se proposição toda sentença declarativa à qual podemos atribuir um dos valores lógicos: verdadeiro ou falso, nunca ambos. Trata-se, portanto, de uma sentença fechada.

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s, ..., chamadas letras proposicionais.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Proposições Compostas – Conectivos

As proposições compostas são formadas por proposições simples ligadas por conectivos, aos quais formam um valor lógico, que podemos vê na tabela a seguir:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE															
Negação	\sim	Não p	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>$\sim p$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	$\sim p$	V	F	F	V									
p	$\sim p$																	
V	F																	
F	V																	
Conjunção	\wedge	p e q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \wedge q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \wedge q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	F
p	q	$p \wedge q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	F																
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \vee q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \vee q$	V	V	V	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \vee q$																
V	V	V																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Disjunção Exclusiva	$\underline{\vee}$	Ou p ou q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \underline{\vee} q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> </table>	p	q	$p \underline{\vee} q$	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
p	q	$p \underline{\vee} q$																
V	V	F																
V	F	V																
F	V	V																
F	F	F																
Condicional	\rightarrow	Se p então q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \rightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \rightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V
p	q	$p \rightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	V																
F	F	V																
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	<table border="1"> <tr> <td>p</td> <td>q</td> <td>$p \leftrightarrow q$</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>V</td> <td>V</td> </tr> <tr> <td>V</td> <td>F</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>V</td> <td>F</td> </tr> <tr> <td>F</td> <td>F</td> <td>V</td> </tr> </table>	p	q	$p \leftrightarrow q$	V	V	V	V	F	F	F	V	F	F	F	V
p	q	$p \leftrightarrow q$																
V	V	V																
V	F	F																
F	V	F																
F	F	V																

Em síntese temos a tabela verdade das proposições que facilitará na resolução de diversas questões

		Disjunção	Conjunção	Condicional	Bicondicional
p	q	$p \vee q$	$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
V	V	V	V	V	V
V	F	V	F	F	F
F	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	V

Exemplo:
(MEC – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS POSTOS 9,10,11 E 16 – CESPE)

	P	Q	R
①	V	V	V
②	F	V	V
③	V	F	V
④	F	F	V
⑤	V	V	F
⑥	F	V	F
⑦	V	F	F
⑧	F	F	F

A figura acima apresenta as colunas iniciais de uma tabela-verdade, em que P, Q e R representam proposições lógicas, e V e F correspondem, respectivamente, aos valores lógicos verdadeiro e falso.

Com base nessas informações e utilizando os conectivos lógicos usuais, julgue o item subsecutivo.

A última coluna da tabela-verdade referente à proposição lógica $P \vee (Q \leftrightarrow R)$ quando representada na posição horizontal é igual a

	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦	⑧
$P \vee (Q \leftrightarrow R)$	V	V	V	F	V	F	V	V

- () Certo
- () Errado

Resolução:

$P \vee (Q \leftrightarrow R)$, montando a tabela verdade temos:

R	Q	P	[P	v	(Q	\leftrightarrow	R)]
V	V	V	V	V	V	V	V
V	V	F	F	V	V	V	V
V	F	V	V	V	F	F	V
V	F	F	F	F	F	F	V
F	V	V	V	V	V	F	F
F	V	F	F	F	V	F	F
F	F	V	V	V	F	V	F
F	F	F	F	V	F	V	F

Resposta: Certo

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO**: uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO**: toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta**: quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
 - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
 - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
 - Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
 - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

- **Sentença fechada**: quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P,Q,R, R..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca e Pedro é professor.

ATENÇÃO: TODAS as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples**.

Exemplos:

1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO

DEFINIÇÃO E CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS; HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos são um conjunto de princípios e normas que visam garantir a dignidade, a liberdade e a igualdade de todos os seres humanos. Este texto abordará o conceito, o surgimento, a evolução histórica, a classificação e as características dos direitos humanos.

— Conceito

Direitos humanos são os direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Eles são universais, inalienáveis e indivisíveis.

Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. Estes direitos são interdependentes, inter-relacionados e indivisíveis, abrangendo direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. A ideia central é que todas as pessoas têm direitos simplesmente por serem humanas, e esses direitos são protegidos como uma expressão legal e ética de respeito pela dignidade humana.

Terminologia

A terminologia em direitos humanos pode variar, mas os conceitos fundamentais permanecem consistentes. “Direitos humanos” refere-se aos direitos inalienáveis de todos os indivíduos. Termos como “liberdades fundamentais” destacam a liberdade essencial do indivíduo frente ao Estado. “Direitos civis” focam nos direitos legais e políticos, enquanto “direitos econômicos, sociais e culturais” abrangem aspectos como educação, saúde e cultura.

Estrutura Normativa

A estrutura normativa dos direitos humanos é formada por um conjunto de tratados internacionais, declarações, leis e jurisprudências que definem e regulam esses direitos. Esses documentos incluem a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Pactos Internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e convenções sobre temas específicos como tortura e discriminação racial. Estes instrumentos formam uma estrutura legal global que orienta os países na implementação dos direitos humanos.

Fundamento

O fundamento dos direitos humanos está na dignidade inerente a cada ser humano. Esta noção é o alicerce ético e filosófico que justifica a existência e a universalidade dos direitos humanos, indicando que todos têm direitos pelo simples fato de serem

humanos. Historicamente, esse conceito foi influenciado por várias tradições jurídicas e filosóficas, incluindo o iluminismo europeu e movimentos sociais ao longo dos séculos.

Classificação

Teoria das gerações dos direitos

1ª geração ou dimensão: direitos civis e políticos: direito à vida, à liberdade, à propriedade, à segurança e à igualdade, voltados à tutela das liberdades públicas. Expressam poderes de agir, reconhecidos e protegidos pela ordem jurídica a todos os seres humanos, independentemente da ingerência do estado, correspondendo ao status negativo (*negativus* ou *libertatis*) da Teoria de Jellinek, em que ao indivíduo é reconhecida uma esfera individual de liberdade imune à intervenção estatal;

2ª geração ou dimensão: direitos sociais, econômicos e culturais: direitos de cunho positivo, que exigem prestações positivas do Estado para a realização da justiça social e do bem-estar social, além das liberdades sociais: liberdade de sindicalização, direito de greve e direitos trabalhistas. São pretensões do indivíduo ou do grupo ante o Estado, exigindo a sua intervenção para atendimento das necessidades do indivíduo, correspondendo ao status positivo (*positivus* ou *civitatis*) da Teoria de Jellinek: ao indivíduo é possível exigir do Estado determinadas prestações positivas;

3ª geração ou dimensão: direitos de solidariedade ou de fraternidade: direito ao meio-ambiente ecologicamente equilibrado, à segurança, à paz, à solidariedade universal, ao desenvolvimento, à comunicação e à autodeterminação dos povos. Não têm por finalidade a liberdade ou igualdade individual, mas preservar a própria existência do grupo. Destinam-se à proteção do homem em coletividade social, sendo de titularidade difusa ou coletiva;

4ª geração ou dimensão: direitos de globalização e universalização: direito à democracia direta, ao pluralismo, à informação e os direitos relacionados à biotecnologia. Constituem a base de legitimação de uma possível globalização política e concretização da sociedade universal e aberta do futuro.

José Adércio Leite Sampaio, com reservas no sentido de que, em função do multiplicado mundo das necessidades, encontramos as quatro gerações, de alguma forma, presentes, e atentos a uma mescla de tempo de surgimento com a estrutura dos direitos, admite a classificação dos direitos fundamentais em gerações: a dos direitos civis e políticos – respondem a necessidades de liberdade e participação máximas com igualdade e solidariedade mínimas, projetadas em direitos mais nacionais que internacionais; a dos direitos sociais, econômicos e culturais, como projeções de igualdade máxima, participação, liberdade e solidariedade mínimas, promovidos tanto no plano interno quanto internacional; a dos direitos de fraternidade pressupõem máximas solidariedade, igualdade, liberdade e participação. São os direitos de síntese: paz, desenvolvimento, meio ambiente ecologicamente equilibrado, biodireitos, direitos virtuais e comunicacionais, as minorias, a mulher, a criança, o idoso e os portadores de necessidades especiais.

5ª geração ou dimensão: direito à paz. Trata-se de concepção intelectual defendida por Paulo Bonavides, após os atentados de 11 de setembro. Há quem defenda, no entanto que essa dimensão dos direitos humanos se referiria aos direitos virtuais, cibernéticos etc.

Especificidades

Cada categoria de direitos tem suas especificidades. Os direitos civis e políticos exigem principalmente a abstenção do Estado (não interferência), enquanto os direitos econômicos, sociais e culturais frequentemente requerem ação positiva do Estado (provisão). Os direitos de terceira geração, sendo coletivos, focam na cooperação internacional e na responsabilidade compartilhada. A especificidade também se manifesta na forma como os direitos são implementados e garantidos, variando conforme o contexto cultural, social e político de cada país.

A Teoria Geral dos Direitos Humanos oferece um entendimento abrangente e profundo sobre os direitos inalienáveis de todos os seres humanos. Ela engloba desde o conceito fundamental, que enfatiza a dignidade humana universal, até as complexidades da estrutura normativa global e as especificidades de diferentes categorias de direitos. Ao compreender estas facetas - o conceito, terminologia, estrutura normativa, fundamentos, classificação e especificidades - obtemos uma visão holística que destaca a importância dos direitos humanos na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa. É uma área de estudo essencial, refletindo os valores e desafios do mundo contemporâneo.

— Surgimento e Evolução Histórica

Antiguidade e Idade Média

Embora o conceito moderno de direitos humanos seja relativamente recente, ideias semelhantes podem ser rastreadas até as filosofias antigas e as leis religiosas.

Iluminismo

O Iluminismo europeu forneceu o terreno fértil para o desenvolvimento do conceito de direitos humanos, com filósofos como John Locke e Voltaire defendendo princípios de liberdade e igualdade.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, esta declaração marcou um momento crucial na história dos direitos humanos, estabelecendo um padrão global de direitos que todos os seres humanos deveriam desfrutar.

— Classificação

Direitos Civis e Políticos

Esses direitos incluem liberdade de expressão, direito a um julgamento justo e direitos de voto. Eles são frequentemente considerados os “primeiros” direitos humanos.

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Esses direitos abrangem questões como educação, saúde e bem-estar social. Eles são por vezes considerados “segundos” direitos humanos, embora essa classificação seja cada vez mais contestada.

— Características

Universalidade

Os direitos humanos são universais, aplicando-se a todos os seres humanos, independentemente de qualquer característica individual.

Inalienabilidade

Esses direitos não podem ser retirados ou renunciados, exceto em circunstâncias específicas e de acordo com o devido processo legal.

Indivisibilidade

Os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes, o que significa que a negação de um direito afeta o gozo de outros.

Os direitos humanos são um pilar fundamental para a construção de sociedades justas e igualitárias. Eles têm suas raízes em diferentes tradições filosóficas e culturais, mas encontraram expressão universal na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Compreender seu conceito, origem, evolução e características é essencial para qualquer discussão séria sobre justiça social e dignidade humana.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966)

O Pacto reconhece o direito à vida; a não ser submetido à tortura ou penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, à escravidão e ao tráfico de escravos; o direito à liberdade e segurança pessoal; à livre circulação; à igualdade perante tribunais e cortes de justiça; à liberdade de pensamento, de consciência e de religião e de expressão, entre outros.

Os direitos civis e políticos em espécie são, portanto, inerentes à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade e à segurança pessoal, tal como por aspectos de proteção da pessoa humana em situações de conflito com a lei.

A vida humana é o centro gravitacional no qual orbitam todos os direitos da pessoa humana, possuindo reflexos jurídicos, políticos, econômicos, morais e religiosos. Daí existir uma dificuldade em conceituar o vocábulo vida. Logo, tudo aquilo que uma pessoa possui deixa de ter valor ou sentido se ela perde a vida.

O direito à vida “abrange tanto o direito de não ser morto, privado da vida, portanto, direito de continuar vivo, como também o direito de ter uma vida digna. A vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral de todos os seres humanos. Trata-se de um direito que pode ser visto sob quatro aspectos: direito de nascer; direito de permanecer vivo; direito de ter uma vida digna quanto à subsistência e, direito de não ser privado da vida através da pena de morte.

O direito à liberdade é posto como consectário do direito à vida, pois ela depende da liberdade para o seu desenvolvimento intelectual e moral, valor inerente à dignidade do ser, uma vez que decorre da inteligência e da vontade.

O direito à segurança pessoal, por sua vez, é o direito de viver sem medo, protegido pela solidariedade e livre de agressões, logo, é uma maneira também de se garantir o próprio direito à vida e à dignidade humana.

PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP -1966)

PREÂMBULO

Os Estados Partes do presente Pacto,

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Reconhecendo que esses direitos decorrem da dignidade inerente à pessoa humana,

Reconhecendo que, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o ideal do ser humano livre, no gozo das liberdades civis e políticas e liberto do temor e da miséria, não pode ser realizado a menos que se criem as condições que permitam a cada um gozar de seus direitos civis e políticos, assim como de seus direitos econômicos, sociais e culturais,

Considerando que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem,

Compreendendo que o indivíduo, por ter deveres para com seus semelhantes e para com a coletividade a que pertence, tem a obrigação de lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no presente Pacto,

Acordam o seguinte:

**PARTE I
ARTIGO 1**

1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

2. Para a consecução de seus objetivos, todos os povos podem dispor livremente de suas riquezas e de seus recursos naturais, sem prejuízo das obrigações decorrentes da cooperação econômica in-

ternacional, baseada no princípio do proveito mútuo, e do Direito Internacional. Em caso algum, poderá um povo ser privado de seus meios de subsistência.

3. Os Estados Partes do presente Pacto, inclusive aqueles que tenham a responsabilidade de administrar territórios não-autônomos e territórios sob tutela, deverão promover o exercício do direito à autodeterminação e respeitar esse direito, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas.

**PARTE II
ARTIGO 2**

1. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se achem em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra condição.

2. Na ausência de medidas legislativas ou de outra natureza destinadas a tornar efetivos os direitos reconhecidos no presente Pacto, os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a tomar as providências necessárias com vistas a adotá-las, levando em consideração seus respectivos procedimentos constitucionais e as disposições do presente Pacto.

3. Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a:

a) Garantir que toda pessoa, cujos direitos e liberdades reconhecidos no presente Pacto tenham sido violados, possa dispor de um recurso efetivo, mesmo que a violência tenha sido perpetrada por pessoas que agiam no exercício de funções oficiais;

b) Garantir que toda pessoa que interuser tal recurso terá seu direito determinado pela competente autoridade judicial, administrativa ou legislativa ou por qualquer outra autoridade competente prevista no ordenamento jurídico do Estado em questão; e a desenvolver as possibilidades de recurso judicial;

c) Garantir o cumprimento, pelas autoridades competentes, de qualquer decisão que julgar procedente tal recurso.

ARTIGO 3

Os Estados Partes do presente Pacto comprometem-se a assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados no presente Pacto.

ARTIGO 4

1. Quando situações excepcionais ameacem a existência da nação e sejam proclamadas oficialmente, os Estados Partes do presente Pacto podem adotar, na estrita medida exigida pela situação, medidas que suspendam as obrigações decorrentes do presente Pacto, desde que tais medidas não sejam incompatíveis com as demais obrigações que lhes sejam impostas pelo Direito Internacional e não acarretem discriminação alguma apenas por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

2. A disposição precedente não autoriza qualquer suspensão dos artigos 6, 7, 8 (parágrafos 1 e 2), 11, 15, 16, e 18.

3. Os Estados Partes do presente Pacto que fizerem uso do direito de suspensão devem comunicar imediatamente aos outros Estados Partes do presente Pacto, por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, as disposições que tenham sus-

penso, bem como os motivos de tal suspensão. Os Estados partes deverão fazer uma nova comunicação, igualmente por intermédio do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, na data em que terminar tal suspensão.

ARTIGO 5

1. Nenhuma disposição do presente Pacto poderá ser interpretada no sentido de reconhecer a um Estado, grupo ou indivíduo qualquer direito de dedicar-se a quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos que tenham por objetivo destruir os direitos ou liberdades reconhecidos no presente Pacto ou impor-lhe limitações mais amplas do que aquelas nele previstas.

2. Não se admitirá qualquer restrição ou suspensão dos direitos humanos fundamentais reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte do presente Pacto em virtude de leis, convenções, regulamentos ou costumes, sob pretexto de que o presente Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau.

PARTE III ARTIGO 6

1. O direito à vida é inerente à pessoa humana. Este direito deverá ser protegido pela lei. Ninguém poderá ser arbitrariamente privado de sua vida.

2. Nos países em que a pena de morte não tenha sido abolida, esta poderá ser imposta apenas nos casos de crimes mais graves, em conformidade com legislação vigente na época em que o crime foi cometido e que não esteja em conflito com as disposições do presente Pacto, nem com a Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio. Poder-se-á aplicar essa pena apenas em decorrência de uma sentença transitada em julgado e proferida por tribunal competente.

3. Quando a privação da vida constituir crime de genocídio, entende-se que nenhuma disposição do presente artigo autorizará qualquer Estado Parte do presente Pacto a eximir-se, de modo algum, do cumprimento de qualquer das obrigações que tenham assumido em virtude das disposições da Convenção sobre a Prevenção e a Punição do Crime de Genocídio.

4. Qualquer condenado à morte terá o direito de pedir indulto ou comutação da pena. A anistia, o indulto ou a comutação da pena poderão ser concedidos em todos os casos.

5. A pena de morte não deverá ser imposta em casos de crimes cometidos por pessoas menores de 18 anos, nem aplicada a mulheres em estado de gravidez.

6. Não se poderá invocar disposição alguma do presente artigo para retardar ou impedir a abolição da pena de morte por um Estado Parte do presente Pacto.

ARTIGO 7

Ninguém poderá ser submetido à tortura, nem a penas ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes. Será proibido, sobretudo, submeter uma pessoa, sem seu livre consentimento, a experiências médicas ou científicas.

ARTIGO 8

1. Ninguém poderá ser submetido à escravidão; a escravidão e o tráfico de escravos, em todas as suas formas, ficam proibidos.

2. Ninguém poderá ser submetido à servidão.

3. a) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios;

b) A alínea a) do presente parágrafo não poderá ser interpretada no sentido de proibir, nos países em que certos crimes sejam punidos com prisão e trabalhos forçados, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente;

c) Para os efeitos do presente parágrafo, não serão considerados “trabalhos forçados ou obrigatórios”:

i) qualquer trabalho ou serviço, não previsto na alínea b), normalmente exigido de um indivíduo que tenha sido encarcerado em cumprimento de decisão judicial ou que, tendo sido objeto de tal decisão, ache-se em liberdade condicional;

ii) qualquer serviço de caráter militar e, nos países em que se admite a isenção por motivo de consciência, qualquer serviço nacional que a lei venha a exigir daqueles que se oponham ao serviço militar por motivo de consciência;

iii) qualquer serviço exigido em casos de emergência ou de calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade;

iv) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais.

ARTIGO 9

1. Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos nela estabelecidos.

2. Qualquer pessoa, ao ser presa, deverá ser informada das razões da prisão e notificada, sem demora, das acusações formuladas contra ela.

3. Qualquer pessoa presa ou encarcerada em virtude de infração penal deverá ser conduzida, sem demora, à presença do juiz ou de outra autoridade habilitada por lei a exercer funções judiciais e terá o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade. A prisão preventiva de pessoas que aguardam julgamento não deverá constituir a regra geral, mas a soltura poderá estar condicionada a garantias que assegurem o comparecimento da pessoa em questão à audiência, a todos os atos do processo e, se necessário for, para a execução da sentença.

4. Qualquer pessoa que seja privada de sua liberdade por prisão ou encarceramento terá o direito de recorrer a um tribunal para que este decida sobre a legalidade de seu encarceramento e ordene sua soltura, caso a prisão tenha sido ilegal.

5. Qualquer pessoa vítima de prisão ou encarceramento ilegais terá direito à reparação.

ARTIGO 10

1. Toda pessoa privada de sua liberdade deverá ser tratada com humanidade e respeito à dignidade inerente à pessoa humana.

2. a) As pessoas processadas deverão ser separadas, salvo em circunstâncias excepcionais, das pessoas condenadas e receber tratamento distinto, condizente com sua condição de pessoa não-condenada.

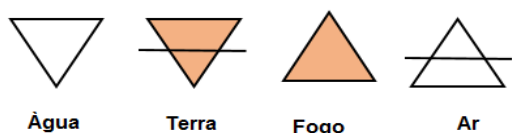
b) As pessoas processadas, jovens, deverão ser separadas das adultas e julgadas o mais rápido possível.

CIÊNCIAS NATURAIS

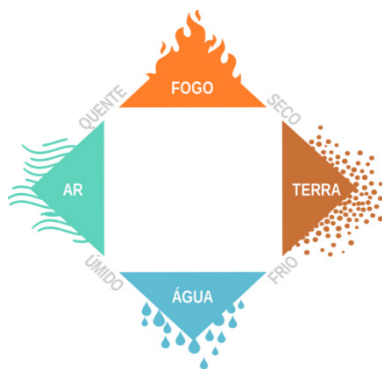
ÁTOMOS, MOLÉCULAS E ÍONS: TEORIA ATÔMICA DA MATÉRIA. A VISÃO MODERNA DA ESTRUTURA ATÔMICA; PESOS ATÔMICOS OU MASSAS ATÔMICAS

Para compreender a constituição da matéria ou Atomística, é necessário o estudo de sua partícula fundamental, o átomo.

A preocupação com a constituição da matéria surgiu em meados do século V a.C., na Grécia, onde filósofos criavam várias teorias para tentar explicar o universo. Um deles, Empédocles, acreditava que toda a matéria era formada por quatro elementos: água, terra, fogo e ar, que eram representados pelos seguintes símbolos:



Anos mais tarde, por volta de 350 a.C., o muito conhecido e famoso Aristóteles retomou a ideia de Empédocles e aos quatro elementos foram atribuídas as “qualidades” quente, frio, úmido e seco, conforme pode ser observado na figura abaixo:



De acordo com esses filósofos tudo no meio em que vivemos seria formado pela combinação desses quatro elementos em diferentes proporções. Entretanto em 400 a.C., os filósofos Leucipo e Demócrito elaboraram uma teoria filosófica (não científica) segundo a qual toda matéria era formada devido a junção de pequenas partículas indivisíveis denominadas átomos (que em grego significa indivisível). Para estes filósofos, toda a natureza era formada por átomos e vácuo.

No final do século XVIII, Lavoisier e Proust realizaram experiências relacionando as massas dos participantes das reações químicas, dando origem às Leis das combinações químicas (Leis ponderais).

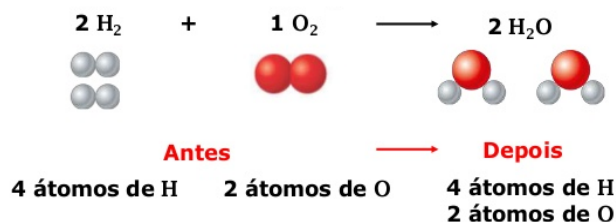
O primeiro modelo atômico foi elaborado a partir do estudo das seguintes Leis Ponderais:

1. Lei de Lavoisier: A primeira delas, a Lei da *Conservação de Massas*, ou Lei de Lavoisier é uma lei da química que muitos conhecem por uma célebre frase dita pelo cientista conhecido como o pai da química moderna, Antoine Laurent de Lavoisier:

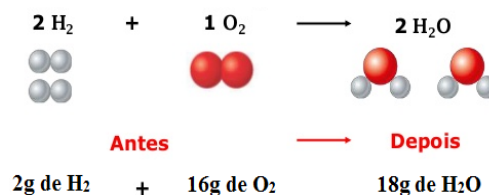
“Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”

Em seus vários experimentos, Lavoisier concluiu que:

“Num sistema fechado, a massa total dos reagentes é igual à massa total dos produtos”



Então, em uma reação química não há alteração na quantidade de átomos, eles apenas se recombinam. Logo como não existe destruição nem criação de matéria, a massa dos reagentes sempre será igual a massa dos produtos. Ou seja:



2. Lei de Proust: O químico Joseph Louis Proust observou que em uma reação química a relação entre as massas das substâncias participantes é sempre constante. A Lei de Proust ou a Lei das proporções definidas diz que dois ou mais elementos ao se combinarem para formar substâncias, conservam entre si proporções definidas.

Em resumo a lei de Proust pode ser escrita da seguinte maneira:

“Uma determinada substância composta é formada por substâncias mais simples, unidas sempre na mesma proporção em massa”.

Na tabela abaixo vemos um exemplo prático de como a lei de Proust pode ser entendida:

Experimento	Hidrogênio (g)	Oxigênio (g)	Água (g)
I	10	80	90
II	2	16	18
III	1	8	9
IV	0,4	3,2	3,6

Exemplificando: da análise do experimento II temos que se a massa de uma molécula de água é 18g, é o resultado da soma das massas atômicas do hidrogênio e do oxigênio.

H – massa atômica = 1 → 2 x 1 = 2g (2 átomos de H)

O – massa atômica = 16 → 1 x 16 = 16g (1 átomo de O)

Então 18g de água tem sempre 16g de oxigênio e 2g de hidrogênio. A molécula água está na proporção 1:8 (para cada quantidade de H₂ usa-se oito vezes a quantidade de O₂). Se 36g de água forem separados, serão produzidos 4g de H₂ e 32g de O₂, e assim por diante.

Teoria Atômica de Dalton

Em 1808, John Dalton propôs uma teoria para explicar essas leis ponderais, denominada teoria atômica, criando o primeiro modelo atômico científico, em que o átomo seria maciço e indivisível. A teoria proposta por ele pode ser resumida da seguinte maneira:

- Tudo que existe na natureza é formado por pequenas partículas microscópicas denominadas átomos;
- Estas partículas, os átomos, são indivisíveis (não é possível seccionar um átomo) e indestrutíveis (não se consegue destruir mecanicamente um átomo);
- É pequeno o número de tipos diferentes de átomos (respectivos a cada elemento);
- Átomos de elementos iguais sempre apresentam características iguais, bem como átomos de elementos diferentes apresentam características diferentes. Sendo que, ao combiná-los, em proporções definidas, compreenderemos toda a matéria existente no universo;
- Os átomos assemelham-se a esferas maciças que se dispõem através de empilhamento;
- Durante as reações químicas, os átomos permanecem inalterados. Apenas se combinam em outro arranjo.

Ao mesmo tempo da publicação dos trabalhos de Dalton foi desenvolvido o estudo sobre a natureza elétrica da matéria, feita no início do século XIX pelo físico italiano Volta, que criou a primeira pilha elétrica. Isso permitiu a Humphry Davy descobrir dois novos elementos químicos: o potássio (K) e o sódio (Na). A partir disso, os trabalhos a respeito da eletricidade foram intensificados.

Em meados de 1874, Stoney admitiu que a eletricidade estava intimamente associada aos átomos em quantidades discretas e, em 1891, deu o nome de elétron para a unidade de carga elétrica negativa.

Descoberta do Elétron

Em meados do ano de 1854, Heinrich Geissler desenvolveu um tubo de descarga que era formado por um vidro largo, fechado e que possuía eletrodos circulares em suas pontas. Ele notou que quando se produzia uma descarga elétrica no interior do tubo de vidro, utilizando um gás que estivesse sob baixa pressão, a descarga deixava de ser barulhenta, e no tubo uma cor aparecia que iria depender do gás, de sua pressão e da voltagem a ele aplicada. Um exemplo dessa experiência são as lâmpadas de neon que normalmente se usa em estabelecimentos como placa.

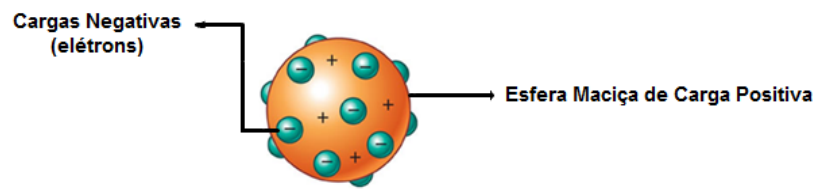
Já em 1875, William Crookes se utilizou de gases bastante rarefeitos, ou seja, que estavam em pressões muito baixas, e os colocou em ampolas de vidro. Neles aplicou voltagens altíssimas e assim, emissões denominadas raios catódicos surgiram. Isso porque esses raios sempre se desviam na direção e sentido da placa positiva, quando são submetidos a um campo elétrico externo e uniforme, o que prova que os raios catódicos são de natureza negativa.

Esse desvio ocorre sempre da mesma maneira, seja lá qual for o gás que se encontra no interior da ampola. Isso fez os cientistas imaginarem que os raios catódicos seriam formados por minúsculas partículas negativas, e que estas existem em toda e qualquer matéria. A tais partículas deu-se o nome de elétrons. Assim, pela primeira vez na história, constatava-se a existência de uma partícula subatômica, o **elétron**.

Modelo Atômico de Thomson

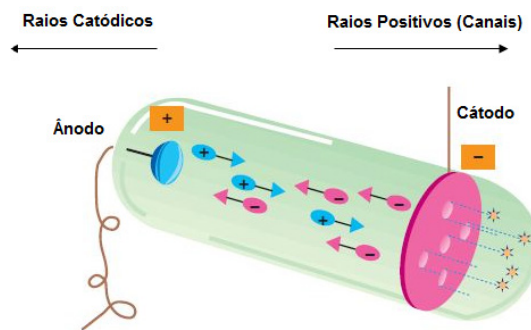
No final do século XIX, Thomson, utilizando uma aparelhagem semelhante, demonstrou que esses raios poderiam ser considerados como um feixe de partículas carregadas negativamente, uma vez que eram atraídos pelo polo positivo de um campo elétrico externo e independiam do gás contido no tubo.

Thomson concluiu que essas partículas negativas deveriam fazer parte dos átomos componentes da matéria, sendo denominados elétrons. Após isto, propôs um novo modelo científico para o átomo. Para Thomson, o átomo era uma esfera maciça de carga elétrica positiva “recheada” de elétrons de carga negativa. Esse modelo ficou conhecido como “pudim de passas”. Este modelo derruba a ideia de que o átomo é indivisível e introduz a natureza elétrica da matéria.



Descoberta do Próton

Em 1886, Goldstein, físico alemão, provocando descargas elétricas num tubo a pressão reduzida (10 mmHg) e usando um cátodo perfurado, observou a formação de um feixe luminoso (raios canais) no sentido oposto aos raios catódicos e determinou que esses raios eram constituídos por partículas positivas



Os raios canais variam em função do gás contido no tubo. Quando o gás era hidrogênio, obtinham-se os raios com partículas de menor massa, as quais foram consideradas as partículas fundamentais, com carga positiva, e denominadas próton pelo seu descobridor, Rutherford, em 1904.

Experiência de Rutherford

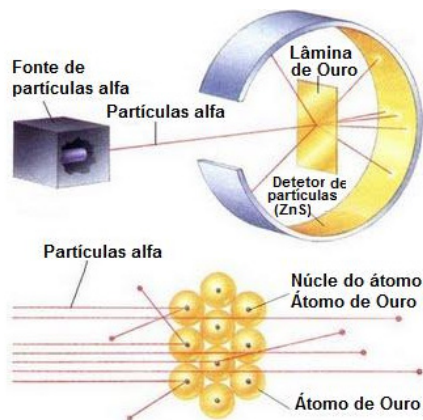
Wilhelm Conrad Röntgen foi um físico alemão que, em 8 de novembro de 1895, realizando experimentos em que utilizava gases altamente rarefeitos em uma ampola de Crookes, descobriu acidentalmente que, a partir da parte externa do tubo, eram emitidos raios que conseguiam sensibilizar chapas fotográficas. Ele chamou esses raios de raios X.

Isso possibilitou que, em 1886, Becquerel descobrisse a radioatividade e a descoberta do primeiro elemento capaz de emitir radiações semelhantes ao raio X: o urânio. Logo a seguir o casal Curie descobriu dois outros elementos radioativos: o polônio e o rádio.

Com a finalidade de estudar as radiações emitidas pelos elementos radioativos, foram realizados vários tipos de experimentos, dentre os quais o mais conhecido é o representado a seguir, em que as radiações são submetidas a um campo eletromagnético externo.

Em meados do século de XX, dentre as inúmeras experiências realizadas por Ernest Rutherford e seus colaboradores, uma ganhou destaque por mostrar que o modelo proposto por Thomson era incorreto.

A experiência consistiu em bombardear uma fina folha de ouro com partículas positivas e pesadas, chamadas de α (alfa), emitidas por um elemento radioativo chamado polônio.



Rutherford observou que:

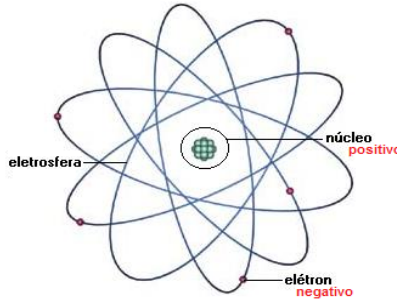
- Grande parte das partículas α passaram pela folha de ouro sem sofrer desvios;
- Algumas partículas α desviaram com determinados ângulos de desvios;
- Poucas partículas não atravessaram a folha de ouro e voltaram.

Modelo de Rutherford

A experiência da “folha de ouro” realizada foi o marco decisivo para o surgimento de um novo modelo atômico, mais satisfatório, que explicava de forma mais clara uma série de eventos observados.

O átomo deve ser constituído por duas regiões:

- I - Um núcleo, pequeno, positivo e possuidor de praticamente toda a massa do átomo;
- II - Uma região negativa, praticamente sem massa, que envolveria o núcleo. A essa região se deu o nome de eletrosfera.



Para que fique mais claro, vamos agora relacionar o modelo de Rutherford com as conclusões encontrados em sua experiência.

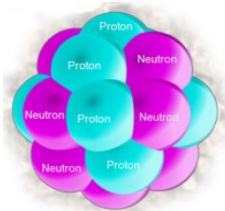
Observações	Conclusões
Grande parte das partículas alfa atravessaram a lâmina sem desviar o curso.	Boa parte do átomo é vazio. No espaço vazio (eletrosfera) provavelmente estão localizados os elétrons.
Poucas partículas alfa (1 em 20.000) não atravessaram a lâmina e voltavam.	Deve existir no átomo uma pequena região onde está concentrada sua massa (o núcleo).
Algumas partículas alfa sofriam desvios de trajetória ao atravessar a lâmina.	O núcleo do átomo deve ser positivo, o que provoca uma repulsão nas partículas alfa (positivas).

Em resumo: o modelo de Rutherford representa o átomo consistindo em um pequeno **núcleo** rodeado por um grande volume no qual os **elétrons** estão distribuídos. O núcleo carrega toda a carga positiva e a maior parte da massa do átomo. Rutherford comparou seu modelo atômico com o sistema planetário, onde os planetas (elétrons), giram em torno do Sol (núcleo).

Átomo Moderno

Quando Rutherford realizou seu experimento com um feixe de partículas alfa, e propôs um novo modelo para o átomo, houve algumas controvérsias. Entre elas era que o átomo teria um núcleo composto de partículas positivas denominadas prótons. No entanto, Rutherford concluiu que, embora os prótons contivessem toda a carga do núcleo, eles sozinhos não podem compor sua massa.

O problema da massa extra foi resolvido quando, em 1932, o físico inglês J. Chadwick descobriu uma partícula que tinha aproximadamente a mesma massa de um próton, mas não era carregada eletricamente. Por ser a partícula eletricamente neutra, Chadwick a denominou de **nêutron**.



Hoje, acreditamos que, com uma exceção, o núcleo de muitos átomos contém ambas as partículas: prótons e nêutrons, chamados núcleons. (A exceção é o núcleo de muitos isótopos comuns de hidrogênio que contém um próton e nenhum nêutron.) Como mencionamos, é geralmente conveniente designar cargas e partículas em termos de carga em elétron. De acordo com esta convenção, um próton tem uma carga de +1, um elétron de -1, e um nêutron de 0.

CIÊNCIAS HUMANAS

HISTÓRIA DE MINAS GERAIS: DESCOBRIMENTO E COLONIZAÇÃO: EXPLORAÇÃO INICIAL E OS PRIMEIROS CONTATOS ENTRE OS POVOS NATIVOS E OS COLONIZADORES PORTUGUESES

A história de Minas Gerais é marcada por eventos significativos que moldaram a formação cultural, social e econômica do Brasil. A descoberta e colonização dessa região, especialmente durante os séculos XVII e XVIII, tiveram um papel crucial na história do país.

Este texto aborda a exploração inicial e os primeiros contatos entre os povos nativos e os colonizadores portugueses, analisando como esses encontros influenciaram a dinâmica local e contribuíram para o desenvolvimento da região.

— Exploração inicial: motivações e primeiros exploradores

Motivações da Exploração

No final do século XVII, o Brasil colonial vivia um período de intensa busca por riquezas naturais. A economia açucareira do Nordeste estava em declínio devido à concorrência internacional, e a Coroa Portuguesa buscava novas fontes de renda.

Nesse contexto, a descoberta de metais preciosos tornou-se uma prioridade para a metrópole. A perspectiva de encontrar ouro e pedras preciosas no interior do território brasileiro motivou diversas expedições conhecidas como bandeiras.

As Bandeiras Paulistas

As bandeiras eram expedições de caráter privado organizadas principalmente por paulistas. Esses grupos de exploradores, financiados por senhores de engenho, comerciantes e autoridades coloniais, tinham como principal objetivo a busca de riquezas minerais e a captura de indígenas para trabalho escravo. As bandeiras desempenharam um papel fundamental na expansão territorial e na descoberta das riquezas mineiras.

Entre os bandeirantes mais notáveis estava Fernão Dias Paes Leme, conhecido como o “Caçador de Esmeraldas”. Em 1674, ele partiu de São Paulo em uma expedição que durou cerca de sete anos, durante a qual percorreu vastas áreas do território que hoje corresponde a Minas Gerais. Embora não tenha encontrado as esmeraldas que procurava, sua expedição contribuiu significativamente para o conhecimento geográfico da região.

Outro bandeirante de destaque foi Antônio Rodrigues Arzão, que, em 1693, descobriu ouro nas margens do Rio Casca, na atual região de Sabará. Essa descoberta marcou o início da corrida do ouro em Minas Gerais, atraindo um grande número de colonos e aventureiros para a região.

As Primeiras Descobertas de Ouro

A descoberta de ouro em Minas Gerais rapidamente transformou a dinâmica econômica e social da colônia. As primeiras jazidas foram encontradas em ribeirões e córregos, onde o ouro podia ser extraído de forma relativamente simples com o uso de bateias (peleiras de madeira). Esse ouro de aluvião, depositado nos leitos dos rios, era fácil de acessar e atraiu milhares de pessoas em busca de fortuna.

A notícia das descobertas se espalhou rapidamente, levando a uma migração em massa de colonos para a região. Essa corrida do ouro provocou uma rápida urbanização e a criação de diversas vilas e povoados, que mais tarde se tornariam importantes cidades mineiras, como Ouro Preto, Mariana e Sabará.

Conclusão da Seção

A exploração inicial de Minas Gerais foi impulsionada pela busca por riquezas minerais em um momento de declínio da economia açucareira. As bandeiras paulistas desempenharam um papel crucial na expansão territorial e na descoberta das primeiras jazidas de ouro. As motivações econômicas e as expedições dos bandeirantes moldaram os primeiros passos da colonização da região, estabelecendo as bases para o desenvolvimento posterior de Minas Gerais como um dos principais centros econômicos do Brasil colonial.

Com isso, concluímos a primeira seção. Caso tenha mais alguma parte específica que queira explorar em detalhes ou outra seção para continuar, por favor, informe-me.

— Primeiros Contatos com os Povos Nativos

Povos Indígenas na Região de Minas Gerais

Antes da chegada dos colonizadores portugueses, a região de Minas Gerais era habitada por diversos povos indígenas, incluindo os Tupi, Guaicuru e Botocudos. Esses grupos possuíam culturas, línguas e modos de vida distintos.

Os Tupi, por exemplo, eram agricultores que cultivavam mandioca, milho e outros vegetais, enquanto os Botocudos eram nômades que viviam da caça e coleta. A relação desses povos com o meio ambiente era de profunda integração e respeito, utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Encontros Iniciais

Os primeiros contatos entre os bandeirantes e os povos indígenas foram inevitáveis à medida que as expedições adentravam o interior do Brasil. Esses encontros foram, em sua maioria, caracterizados por uma mistura de cooperação e conflito.

Mapa das Expedições Bandeirantes: As rotas das bandeiras paulistas que adentraram Minas Gerais, destacando as principais expedições e seus líderes.

Os bandeirantes, em busca de riquezas e mão de obra, muitas vezes recorriam à captura e escravização dos indígenas. Os povos nativos, por sua vez, resistiam à invasão de suas terras e à violência imposta pelos colonizadores. No entanto, também houve casos de cooperação, onde os indígenas atuaram como guias, compartilhando seu conhecimento sobre a geografia e os recursos naturais da região.

Conflitos e Resistência

A resistência indígena às incursões dos bandeirantes foi significativa. Tribos como os Guaicuru, conhecidos por sua habilidade equestre e espírito guerreiro, opuseram forte resistência às tentativas de colonização. Eles realizavam ataques às expedições e assentamentos, buscando proteger suas terras e comunidades.

Os Botocudos, um dos grupos mais afetados pela colonização, também resistiram ferozmente. A chegada dos colonizadores trouxe doenças como a varíola, contra as quais os indígenas não tinham imunidade, resultando em altas taxas de mortalidade. Além disso, os Botocudos foram frequentemente alvo de campanhas de extermínio e pacificação promovidas pela Coroa Portuguesa, que via esses povos um obstáculo ao progresso da mineração.

Escravidão e Trabalho Forçado

A escravização dos povos indígenas foi uma prática comum durante os primeiros anos da colonização de Minas Gerais. Os bandeirantes capturavam indígenas para utilizá-los como mão de obra na extração de ouro e na construção de infraestruturas nas novas vilas. A mão de obra indígena era essencial para o sucesso das atividades mineradoras nos primeiros momentos, antes da chegada maciça de escravos africanos.

Impactos Culturais e Sociais

Os encontros entre os indígenas e os colonizadores portugueses trouxeram profundas mudanças culturais e sociais. A imposição da cultura europeia, a catequese promovida pelos jesuítas e o sistema de trabalho forçado alteraram drasticamente as sociedades indígenas. Muitos costumes, línguas e tradições se perderam, enquanto outros se mesclaram, resultando em uma cultura sincrética que caracteriza a identidade mineira.

— Impactos da Colonização: Mudanças Sociais e Econômicas

Transformações Econômicas

A colonização de Minas Gerais trouxe profundas mudanças econômicas, principalmente devido ao ciclo do ouro iniciado no final do século XVII. A descoberta de ouro na região transformou Minas Gerais em um dos principais centros econômicos do Brasil colonial, com a economia local girando em torno da mineração.

A extração de ouro gerou uma intensa migração para a região, atraindo pessoas de diversas partes do Brasil e de Portugal. Essa corrida do ouro resultou em um rápido crescimento populacional e na fundação de várias vilas e cidades, como Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana e Sabará. A mineração não apenas impulsionou a economia local, mas também teve impactos significativos na economia da metrópole portuguesa, que dependia das riquezas extraídas das colônias para manter seu poder e influência na Europa.

Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura

Com o aumento da população e da riqueza gerada pela mineração, houve um crescimento acelerado das áreas urbanas em Minas Gerais. Vilas e povoados transformaram-se rapidamente em importantes centros urbanos, necessitando de infraestrutura para sustentar a crescente população e as atividades econômicas.

A construção de igrejas, como a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, e outras edificações coloniais são exemplos do desenvolvimento arquitetônico da época. Esses edifícios, muitos dos quais ainda estão de pé, são testemunhos da riqueza e do esplendor que caracterizaram o período áureo da mineração.

Mudanças Sociais

A sociedade mineira do período colonial era marcada por uma complexa estrutura social. A mineração do ouro e a consequente acumulação de riqueza criaram uma elite econômica composta por grandes mineradores e comerciantes. No entanto, essa prosperidade também acentuou as desigualdades sociais, com uma vasta população de escravos e trabalhadores livres pobres sustentando a economia.

A escravidão foi uma característica central da sociedade mineira, com um número significativo de escravos africanos sendo trazidos para trabalhar nas minas. A brutalidade e as difíceis condições de trabalho nas minas causaram uma alta mortalidade entre os escravos, que muitas vezes eram substituídos por novos cativos importados.

Diversidade Cultural

A chegada de colonos portugueses, africanos escravizados e a interação com os povos indígenas resultaram em uma diversidade cultural significativa. Essa diversidade se manifestou na mistura de costumes, práticas religiosas e tradições que compuseram a cultura mineira.

A religião desempenhou um papel central na vida colonial, com a Igreja Católica exercendo grande influência sobre a sociedade. As festas religiosas, como a Semana Santa em Ouro Preto, são exemplos de como a religião e a cultura se entrelaçaram, criando uma identidade única para a região.

Economia de Subsistência e Agricultura

Além da mineração, a economia de subsistência e a agricultura também desempenharam papéis importantes na colonização de Minas Gerais. A necessidade de alimentar a crescente população levou ao desenvolvimento da agricultura local. Plantios de mandioca, milho, feijão e outras culturas de subsistência eram comuns e essenciais para a vida cotidiana.

A pecuária também se desenvolveu, com a criação de gado para a produção de carne e leite, que eram consumidos localmente e comercializados. Essas atividades agrícolas e pecuárias complementavam a economia mineradora, garantindo a sobrevivência e o sustento da população.

— Administração Colonial e a Capitania de Minas Gerais

Criação da Capitania de Minas Gerais

Com o crescimento da mineração e a necessidade de uma administração mais eficaz, a Coroa Portuguesa decidiu criar a Capitania de Minas Gerais. Em 1720, a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro foi desmembrada, resultando na criação da Capitania de Minas Gerais. Esta nova unidade administrativa visava a melhor gestão das atividades mineradoras e a coleta de tributos.

Administração e Controle

Para garantir o controle sobre a produção de ouro, a Coroa Portuguesa estabeleceu várias medidas administrativas. A mais significativa foi a criação das Casas de Fundição, onde todo o ouro extraído deveria ser fundido e quintado (taxado em 20%). Essas casas foram instaladas em pontos estratégicos, como Ouro Preto, Sabará e Vila do Carmo (atual Mariana), funcionando como centros de controle fiscal.

A administração colonial era rigorosa no controle da produção de ouro para evitar o contrabando e a sonegação de impostos. O Intendente das Minas, uma autoridade nomeada pela Coroa, tinha amplos poderes para fiscalizar e garantir a arrecadação dos tributos. Este sistema de fiscalização incluía a emissão de certificados de origem do ouro e a regulamentação da circulação de mercadorias na região.

Impostos e Tributos

Os tributos sobre o ouro extraído foram uma fonte crucial de receita para a Coroa Portuguesa. O principal imposto era o quinto, que correspondia a 20% de todo o ouro fundido nas Casas de Fundição. Além desse tributo, havia outros impostos, como a capitação, um imposto per capita cobrado dos escravos e trabalhadores livres envolvidos na mineração.

Para assegurar a arrecadação, a Coroa instituiu a Derrama, um mecanismo de cobrança forçada que ocorria quando as metas de arrecadação não eram atingidas. A Derrama era altamente impopular e frequentemente resultava em tensões e conflitos entre os colonos e a administração colonial.

Justiça e Ordem

A administração colonial em Minas Gerais também era responsável pela manutenção da ordem e da justiça. O sistema judicial colonial incluía ouvidores (juizes) que julgavam os crimes e disputas na região. As penas para crimes variavam desde multas e confiscos até a prisão e, em casos mais graves, a execução.

O controle social também era exercido através da religião, com a Igreja Católica desempenhando um papel central na vida dos colonos. A Igreja não apenas regulava a moral e os costumes, mas também atuava como intermediária entre os colonos e a administração colonial, reforçando a autoridade da Coroa.

Desenvolvimento Urbano e Arquitetura

A administração colonial incentivou o desenvolvimento urbano e a construção de infraestruturas para sustentar a crescente população. Cidades como Ouro Preto, Mariana e Diamantina floresceram, tornando-se centros administrativos e econômicos da capitania.

A arquitetura colonial de Minas Gerais é notável por suas igrejas barrocas, edifícios públicos e residências, que refletem a riqueza gerada pela mineração. Exemplos incluem a Igreja de São Francisco de Assis em Ouro Preto, projetada por Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, um dos maiores artistas do barroco brasileiro.

Desafios da Administração Colonial

A administração da Capitania de Minas Gerais enfrentava diversos desafios, incluindo o controle do contrabando de ouro, a resistência dos colonos aos impostos e a manutenção da ordem em uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais.

A insatisfação com a administração colonial e as altas cargas tributárias culminaram na Inconfidência Mineira, uma conspiração de colonos influentes que buscavam a independência de Minas Gerais. Embora o movimento tenha sido reprimido e seus líderes punidos, ele refletiu a crescente tensão entre os interesses dos colonos e da Coroa Portuguesa.

— Conclusão

A exploração e colonização de Minas Gerais representam um período crucial na formação histórica do Brasil, marcado por eventos de profunda transformação social, econômica e cultural. A busca incessante por riquezas minerais, especialmente o ouro, levou ao surgimento das bandeiras paulistas e ao subsequente desbravamento do interior do território. Este processo não apenas revelou as abundantes jazidas minerais, mas também desencadeou uma série de dinâmicas que moldaram a sociedade mineira.

Os primeiros contatos entre os colonizadores e os povos indígenas foram complexos, caracterizados tanto por conflitos quanto por cooperação. A resistência indígena frente à escravização e à violência dos colonizadores mostrou a tenacidade e a luta dos povos nativos para proteger suas terras e modos de vida. Ao mesmo tempo, a exploração inicial gerou profundas mudanças econômicas e sociais, com a rápida urbanização e o desenvolvimento de vilas que se tornariam cidades prósperas.

O impacto da mineração de ouro foi imenso, gerando um fluxo migratório significativo e criando uma nova elite econômica, mas também exacerbando as desigualdades sociais e a dependência do trabalho escravo. As transformações culturais decorrentes da mistura de indígenas, colonos portugueses e africanos escravizados resultaram em uma identidade cultural única que perdura até hoje.

A administração colonial da Capitania de Minas Gerais buscou controlar e regular a produção de ouro, implementando estruturas como as Casas de Fundição e impostos como o quinto, que geraram tensões constantes com os colonos. A insatisfação culminou na Inconfidência Mineira, um movimento que, apesar de reprimido, deixou marcas indeléveis na história da luta pela independência no Brasil.

Assim, a história da descoberta e colonização de Minas Gerais não é apenas uma narrativa de exploração econômica, mas também de resistência, adaptação e transformação. Ela constitui um capítulo fundamental para entender as bases do desenvolvimento do Brasil colonial e os desdobramentos que levariam à formação do país que conhecemos hoje.

CICLO DO OURO: O BOOM DA EXTRAÇÃO DO OURO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA, SOCIEDADE E CULTURA DE MINAS GERAIS DURANTE OS SÉCULOS XVIII E XIX

— Descoberta e Exploração do Ouro

A descoberta de ouro em Minas Gerais no final do século XVII e início do século XVIII foi um marco transformador na história do Brasil colonial. Este período é conhecido como o Ciclo do Ouro, e começou com as expedições dos bandeirantes, exploradores que desbravavam o interior do país em busca de riquezas minerais e indígenas para escravização.

Bandeirantes e as Primeiras Descobertas

Os bandeirantes, principalmente paulistas, iniciaram suas expedições no final do século XVI, mas foi apenas em 1693 que se registrou a primeira grande descoberta de ouro no Vale do Rio Doce, perto da atual cidade de Sabará. Este evento foi o estopim para uma verdadeira corrida do ouro, atraindo pessoas de várias partes da colônia e da metrópole portuguesa.

Técnicas de Extração e Desenvolvimento Inicial

Nos primeiros anos, a mineração era predominantemente manual e rudimentar. As primeiras técnicas utilizadas incluíam a lavagem do cascalho aurífero nas margens dos rios, uma prática conhecida como bateamento.

Esta técnica consistia em usar peneiras e bateias para separar o ouro das areias e sedimentos dos cursos d'água. À medida que as jazidas superficiais se esgotavam, foram desenvolvidas técnicas mais avançadas, como o uso de calhas de madeira e a construção de canais para desviar a água dos rios e facilitar a extração do ouro.

Fundação de Vilas e Cidades

O rápido aumento da população nas regiões auríferas levou à fundação de diversas vilas e cidades. Vila Rica, que posteriormente se tornaria Ouro Preto, foi estabelecida como a capital da Capitania de Minas Gerais devido à sua centralidade e riqueza. Outras cidades importantes incluíam Mariana, Sabará, São João del Rei e Diamantina, todas emergindo como centros de atividade mineradora e comércio.

Controle Colonial e Casas de Fundição

A administração portuguesa rapidamente interveio para regular e controlar a produção de ouro. A criação das Casas de Fundição, em 1719, visava assegurar que todo o ouro extraído fosse fundido em barras e marcado com o selo real antes de ser comercializado. Este sistema permitia a cobrança do quinto, um imposto de 20% sobre todo o ouro produzido, que era destinado aos cofres da Coroa. A fiscalização era rígida para evitar o contrabando e garantir que os tributos fossem devidamente recolhidos.

Impacto Demográfico

A febre do ouro atraiu um grande número de migrantes, incluindo portugueses, outros europeus, e uma vasta quantidade de escravos africanos, que eram fundamentais para o trabalho pesado nas minas. A população de Minas Gerais cresceu exponencialmente, transformando a região em um dos centros mais populosos e economicamente dinâmicos do Brasil colonial.

Desafios e Adaptações

A mineração em larga escala trouxe diversos desafios. A necessidade constante de explorar novas áreas à medida que as jazidas superficiais se esgotavam exigia adaptações contínuas. Técnicas de mineração mais profundas e complexas foram desenvolvidas, mas também implicaram riscos maiores e exigências de mão de obra especializada.

Conflitos e Tensões

O rápido crescimento populacional e a abundância de riquezas provocaram conflitos e tensões sociais. Disputas sobre direitos de mineração, a presença de grupos diversos e a opressão sobre os escravos africanos geraram um ambiente de constante tensão. A administração colonial procurou regular essas questões através de leis e ordens, mas muitas vezes com eficácia limitada.

Legado das Primeiras Décadas

As primeiras décadas da exploração do ouro em Minas Gerais deixaram um legado significativo. A estrutura econômica e social estabelecida durante este período formou a base para o desenvolvimento posterior da região. As técnicas e infraestrutura desenvolvidas para a mineração de ouro contribuíram para o progresso econômico e urbano, e as cidades fundadas nesse período ainda são hoje símbolos importantes do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

A descoberta e a exploração do ouro em Minas Gerais foram, portanto, processos complexos e multifacetados que moldaram profundamente a trajetória da colônia brasileira, trazendo riqueza e transformações significativas, mas também desafios e conflitos que marcaram a história da região.

— Impacto Econômico

O boom da mineração de ouro em Minas Gerais, que começou no final do século XVII, trouxe profundas transformações econômicas para o Brasil colonial. A exploração aurífera mudou drasticamente a estrutura econômica da colônia, impulsionando o desenvolvimento de infraestrutura, promovendo a integração econômica e social, e deixando um legado duradouro.

Transformação Econômica da Colônia

Antes do Ciclo do Ouro, a economia colonial brasileira era dominada pela produção de açúcar no Nordeste. Com a descoberta de ouro, Minas Gerais tornou-se o novo centro econômico da colônia. A abundância de ouro atraiu investimentos significativos e alterou os fluxos comerciais, colocando a região mineradora no coração da economia brasileira.

A produção de ouro não apenas gerou riqueza imediata, mas também estimulou outros setores econômicos. O aumento da população nas áreas mineradoras criou uma demanda crescente por alimentos, roupas, ferramentas e outros bens. Isso levou ao desenvolvimento da agricultura de subsistência, pecuária e pequenas manufaturas na região e em áreas adjacentes. O mercado interno colonial cresceu, fomentando a diversificação econômica e a interdependência entre diferentes regiões.

Infraestrutura e Logística

A necessidade de transportar grandes quantidades de ouro para os portos e de abastecer as populações nas áreas mineradoras levou ao desenvolvimento significativo da infraestrutura. Estradas foram construídas para conectar as minas ao litoral, facilitando o escoamento do ouro e o transporte de mercadorias.

Duas das rotas mais importantes foram o Caminho Novo e o Caminho Velho. O Caminho Novo ligava a região de Vila Rica (Ouro Preto) ao porto do Rio de Janeiro, enquanto o Caminho Velho conectava a mesma região ao porto de Paraty. Essas rotas eram vitais para o fluxo comercial e ajudaram a integrar economicamente a colônia. Ao longo dessas estradas, surgiram várias povoações e pontos de apoio, que eventualmente se desenvolveram em vilas e cidades importantes.

Controle e Tributação

Para maximizar os lucros da mineração de ouro, a Coroa Portuguesa implementou um rigoroso sistema de controle e tributação. As Casas de Fundição, estabelecidas em 1719, eram responsáveis por fundir o ouro em barras e aplicar o selo real, garantindo que o quinto (20% de toda a produção) fosse recolhido para os cofres da

